



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

ATA N.º 2412

1 Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dez reuniram-se, em caráter **ordinário**, às dezoito horas e  
2 quinze minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento  
3 Municipal, nesta capital, os seguintes Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e  
4 Ambiental: **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação Gaúcha dos Advogados de Direito Imobiliário  
5 Empresarial e presidindo a reunião; **Iara Regina Castello**, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
6 **Jairo Miguel Werba**, titular, **Maria Elisabete Aguiar**, primeira suplente da Fundação Estadual de Planejamento  
7 Metropolitano e Regional; **Rogério G. de Los Santos**, primeiro suplente do Departamento Municipal de Habitação;  
8 **Júlio Miranda**, titular da Empresa Pública de Transportes e Circulação; **Rosane Zottis Almeida**, titular do  
9 Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente, e **Antônio Luis Gomes Pinto**, segundo suplente da  
10 Secretaria do Planejamento Municipal; **Gilmara Muller**, segunda suplente da Secretaria Municipal de Obras e  
11 Viação; **Cibeli do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Margareth Vasata Macchi**, titular da  
12 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação  
13 Brasileira dos Escritórios de arquitetura; **Jaime Rodrigues**, titular do Instituto de Planejamento e Estudos Sócio  
14 ambientais; **José Luiz Seabra Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil; **Sérgio Koren**, primeiro  
15 suplente, e **Hilton Reimann**, segundo suplente do Sindicato da Indústria da Construção Civil; **Alexandre Cohen**,  
16 primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Jorge Larré**, titular do Sindicato dos Trabalhadores nas  
17 Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Reinaldo Leiria**, segundo suplente da Sociedade de Engenharia do  
18 Rio Grande do Sul; **Ibirá dos Santos Lucas**, titular da Região de Planejamento Um; **Lotar Markus**, titular, e  
19 **Osório Queiroz Junior**, primeiro suplente da Região de Planejamento Dois; **Ana Paula Borges Alves**, titular da  
20 Região de Planejamento Três; **Clarita Parizotto**, titular, e **Hélio Mayer Bastos**, primeiro suplente da Região de  
21 Planejamento Quatro; **Jorge Pereira de Lima**, titular, e **Lauro Adi do Val**, segundo suplente da Região de  
22 Planejamento Cinco; **Anadir Lourdes Alba**, titular, **José Ronaldo Leite Silva**, primeiro suplente, e **Arno Claudio**  
23 **Trapp**, segundo suplente da Região de Planejamento Seis; **Eduíno de Mattos**, titular da Região de Planejamento  
24 Sete; **Dalcina Vargas**, titular, e **Geny Pinto Machado**, primeira suplente da Região de Planejamento Oito; **Alceu**  
25 **Rosa da Silva**, primeiro suplente da Temática Organização da Cidade Desenvolvimento Urbano, e **Ana Paula**  
26 **Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente Euclésio** fez a abertura da sessão e deu início  
27 à **Votação da Ata**. Questionou se havia solicitações de correções à ata da última reunião e não foram sugeridas  
28 alterações. A ata foi colocada em votação e foi aprovada por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e  
29 duas abstenções. **Presidente Euclésio** deu início às **comunicações**. Conselheira **Cibeli** convidou a todos para  
30 participarem da semana comemorativa ao meio ambiente “*Smam mostra Smam*”, a acontecer do dia cinco ao dia  
31 treze de junho. Deu detalhes sobre tipos de atividades envolvidas e locais, opinando ser importante aos  
32 conselheiros a abordagem sobre os trâmites do Licenciamento Ambiental. Conselheiro **Jorge** falou sobre projeto de  
33 lei encaminhado pelo Vereador Sebastião Melo, com intuito de que construções possam ser regularizadas e  
34 possam trazer lucro ao Município. Referiu que envolveria o trâmite pelo CMDUA. Conselheiro **Eduíno** informou  
35 sobre material que estava sendo distribuído, referente a trabalho comunitário desenvolvido na Lomba do Pinheiro.  
36 Falou sobre o primeiro museu comunitário do Rio Grande do Sul e sobre orquestra infanto-juvenil, formada por  
37 jovens de baixas condições financeiras que puderam se tornar músicos e formar grupo pronto a receber convites  
38 para eventos. Secretário do Planejamento, **Márcio Bins Ely**, se fez presente na reunião e assumiu a presidência  
39 dos trabalhos. Deu início à **Ordem do Dia**. **Processo Quatro Ponto Um**. Expediente número 002.261358.00.1,  
40 relator: METROPLAN. Interessado: Federação dos Círculos Operários do RS; assunto: EVU de Edificação – Arena  
41 do Grêmio; local: Avenida Padre Leopoldo Brentano, 700. **Presidente Márcio** informou que em resposta ao  
42 questionamento sobre matrículas e Declarações Municipais divergentes no processo, a Assessoria Jurídica da  
43 SPM esclareceu que houve retificação na matrícula do imóvel no ano de dois mil e nove, e que por este motivo a  
44 matrícula de dois mil e dez era diferente daquela de dois mil e oito. Falou sobre a reunião ocorrida no dia anterior,  
45 na RP 2, e disse que foi possível definir local para a instalação da escola Osvaldo Vergara. Falou da satisfação em  
46 ter se conseguido encontrar solução em harmonia com a comunidade, e informou que houve a aceitação de que a  
47 escola fosse implementada na mesma área do Centro Comunitário. Disse que foi possível fazer modificações no  
48 projeto arquitetônico para contemplar essa decisão. Conselheira **Elisabete**, relatora do processo, apresentou o  
49 mesmo e leu parecer favorável à aprovação. Conselheiro **Eduíno** solicitou que a apreciação fosse interrompida,  
50 tendo em vista processo judicial existente contra o empreendedor. Entregou documento à mesa. **Presidente**  
51 **Márcio** leu o que dizia neste, referindo ação popular civil coletiva pública, junto à Justiça Federal, onde os autores  
52 eram trinta e duas pessoas, sendo o advogado do processo Dr. Arno Carrard, e os réus o município de Porto Alegre,  
53 a Câmara de Vereadores da capital, o Grêmio Foot ball, o Esport Club Internacional, a União e a Advocacia da  
54 União. Datado de vinte e sete de maio do ano corrente. Informou que o documento não estava firmado.  
55 Considerando a manifestação do Conselheiro Eduíno como uma solicitação de diligências, sugeriu que o pedido  
56 fosse colocado em votação, em respeito ao Regimento Interno do CMDUA. Conselheiro **Breno** solicitou  
57 esclarecimento sobre o teor do processo. **Presidente** informou que não estava informado, e que o documento  
58 apenas fazia referência aos autos. Conselheira **Cibeli** opinou que não havia informação concreta o suficiente para  
59 interromper a tramitação. Disse que em havendo evidências posteriores, o processo pode parar em momento  
60 adequado. Conselheiro **Reinaldo** disse que a apreciação se referia à ordem técnica, de compatibilidade com o



**ATA N.º 2412**

1 Plano Diretor, o qual independia de ação judicial. Disse que posteriormente poderia ser considerado o teor da  
2 acusação, caso fosse considerada procedente. Conselheiro **Breno** esclareceu que a apreciação se tratava de  
3 etapa inicial do projeto, pré-requisito para a posterior aprovação e licenciamento. Representante do **Grêmio**  
4 **Futebol Clube**, que se fazia presente na reunião, solicitou a palavra. **Presidente** colocou o seu pedido em votação  
5 e o mesmo foi aprovado. Este informou que a existência de ação judicial não era suficiente para parar a tramitação.  
6 Disse que para este fim seria necessário liminar do juiz. **Presidente** colocou o pedido de diligências em votação e o  
7 mesmo não foi aprovado, por dezesseis votos contrários, quatro votos favoráveis e duas abstenções. Não havendo  
8 outras manifestações, o parecer favorável à aprovação foi colocado em votação e o mesmo foi aprovado por  
9 dezenove votos favoráveis, nenhum voto contrário e quatro abstenções. Foi solicitada inversão da pauta, para  
10 priorizar a apreciação do Processo Quatro Ponto Oito da pauta, referente ao prolongamento da pista do Aeroporto  
11 Salgado Filho. A inversão da pauta foi colocada em votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. **Processo**  
12 **Quatro Ponto Oito**. Expediente número 002.257912.00.0, relator: UFRGS. Interessado: Infraero; assunto: EVU de  
13 Ampliação da Pista; local: Avenida dos Estados, 747. Conselheira **lara**, relatora do processo, apresentou o mesmo.  
14 Disse que se comprometeu em incluir em seu parecer demandas da comunidade do entorno, mas que o vice-  
15 presidente do bairro Lindóia lhe entregou material apenas no momento da reunião, suspeitando ser o momento  
16 tardio. Conselheiro **Lotar** referiu sugestões da RP2 sobre o processo. Conselheira **lara** exemplificou uma das  
17 demandas da comunidade, referindo o fechamento do aeroporto durante a noite, para a melhoria da qualidade de  
18 vida. Informou que apesar de as demandas não integrem o EVU, a comunidade entendia que o momento era  
19 propício para se fazer ouvida. Conselheiro **Eduino** disse que não era contrário ao prolongamento da pista, mas  
20 falou sobre o excesso de ruídos. Disse que era necessário fazer o monitoramento adequado para se diminuir os  
21 impactos negativos e opinou que o processo ainda não estivesse em condições de aprovação. **Presidente** disse  
22 que colocaria a proposta de encaminhamento para diligências em votação, mas antes solicitou a leitura do parecer.  
23 Conselheira **lara** disse que já tinha condições de fazer a leitura do parecer com as demandas dos moradores do  
24 bairro Lindóia incluídas. Assim o fez, e se posicionou favorável à aprovação. Conselheiro **Breno**, referente à área  
25 prevista para a pista pelos Planos Diretores, sugeriu que o termo “proteção”, utilizado pela relatora, fosse  
26 substituído por “expansão”. Conselheiro **Arno** falou sobre a necessidade de que fossem respeitadas as legislações  
27 de mobilidade urbana. Referiu as zonas de proteção necessárias em relação às aeronaves. Falou sobre as curvas  
28 de ruídos e das conseqüências relativas ao tamanho da pista. Deu outros detalhes referentes às características  
29 das aeronaves, à legislação e órgãos competentes para tratar do tema. Defendeu que haja união de esforços para  
30 tornar as regras previstas no Plano Diretor ferramentas práticas de monitoramento do ruído. Opinou que haja  
31 omissão nesse sentido. Conselheira **Cibeli** falou sobre a atenção que o órgão de gestão ambiental dá ao estudo de  
32 ruídos. Referiu estudos realizados e opinou que deva haver confiança no governo. Conselheiro **Eduino** referiu  
33 modelos dos vãos que causam ruído em excesso e defendeu a necessidade de que não sejam utilizados no  
34 aeroporto. Conselheiro **Gomes** informou sobre a situação de mudança nas definições de curvas de ruído. Falou da  
35 necessidade de que sejam feitos novos estudos respectivos às aeronaves mais modernas, que já não emitem o  
36 mesmo ruído daqueles existentes quando da confecção do Plano Diretor vigente. Falou sobre os benefícios do  
37 prolongamento da pista, referindo a segurança aumentada contra acidentes e o impacto positivo na economia do  
38 Estado. Falou do prejuízo referente à arrecadação de impostos, considerando que os produtos do Rio Grande do  
39 Sul deixam o Brasil a partir de São Paulo, pela pista diminuta não comportar vôos de longa distância. Opinou  
40 importante considerar estes aspectos na aprovação. Conselheiro **Jairo** referiu o sucesso de participação popular,  
41 quando no ano de dois mil e oito ocorreu manifestação que lotou o aeroporto. Conselheiro **Reinaldo** informou que  
42 atualmente aviões saem do estado com apenas sessenta por cento de sua capacidade de carga, o que prejudica o  
43 seu poder de competitividade no mercado. Conselheiro **Alceu** disse da sua preocupação com as reclamações dos  
44 moradores do entorno, mas opinou que fosse inviável o processo não ser aprovado, tendo em vista a relevância do  
45 mesmo e benefícios para a cidade. Conselheiro **Jaime** referiu a importância do projeto, em seu aspecto de  
46 segurança e para a economia. Propôs que fosse acrescentado ao parecer a sugestão de encaminhamento para  
47 órgão técnico para que fossem garantidas a segurança e a qualidade dos trabalhos. **Presidente** informou que após  
48 o trâmite no Conselho, o processo seria encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil, face questões técnicas  
49 envolvidas. Conselheiro **Lotar** falou da necessidade de que o governo tenha iniciativas que colaborem com o  
50 adequado desenvolvimento da cidade desde os passos iniciais. Exemplificou que se houvesse a fiscalização  
51 necessária para evitar a ocupação da Vila Dique, hoje o processo de ampliação da pista seria facilitado. Falou  
52 ainda de loteamento aprovado recentemente em local que considera indevido. Opinou que o governo esteja sendo  
53 omissivo nesse sentido. Disse que apesar dos possíveis impactos negativos, se posicionava favorável à aprovação.  
54 Vice Presidente dos moradores do bairro Lindóia pediu a palavra. Conselheiro **Hilton** opinou inadequado, tendo em  
55 vista que as demandas já haviam sido contempladas no parecer da relatoria. **Presidente** colocou a solicitação da  
56 palavra em votação e a mesma foi aprovada por doze votos favoráveis e onze votos contrários. **Representante** da  
57 comunidade do bairro **Lindóia** disse que os moradores vivem em área de ruído excessivo, este que será  
58 aumentado com o prolongamento da pista. Disse que há prejuízos grandes à saúde e que há sofrimento diário.  
59 Falou sobre as medidas que foram propostas para amenizar o problema, dentre elas o fechamento do aeroporto no  
60 turno da noite. **Presidente** agradeceu a intervenção. Conselheiro **Arno** deu detalhamento técnico referente à



**ATA N.º 2412**

1 aviação mundial e as curvas de ruído. Não havendo outras manifestações, o parecer favorável foi colocado em  
2 votação e foi aprovado por vinte e quatro votos favoráveis e um voto contrário. **Processo Quatro Ponto Dois.**  
3 Expediente número 002.280591.00.0, relator: SPM. Interessado: WMS Supermercados do Brasil; assunto: Termo  
4 de Referência; local: Avenida Cavalhada, 4656. Permanece em diligências. Adiado. **Processo Quatro Ponto Três.**  
5 Expediente número 002.227253.00.9, relator: RP2. Interessado: Montaine Participações, assunto: EVU de  
6 Loteamento, local: Avenida Protásio Alves, 10537. Conselheiro **Eduíno**, que solicitou vistas ao processo, não  
7 estava de posse do mesmo. Solicitou mais uma semana para a devolução. **Presidente** pediu que fosse  
8 considerada a existência de prazos para o pedido de vistas. Conselheira **Clarita** solicitou que fosse retificado na  
9 pauta que o processo em questão pertencia à RP 4 e não à RP 7. Adiado. **Processo Quatro Ponto Quatro.**  
10 Expediente número 002.318886.00.8, relator: RP 3. Interessado: Companhia Zaffari; assunto: EVU de Edificação;  
11 local: Avenida Furriel Luis Antonio de Vargas, 239. Conselheira **Ana Paula Alves**, relatora do processo, relatou o  
12 mesmo. Localizou, mostrou mapa, falou do histórico e etapas pelo qual passou. Informou que se tratava de  
13 empreendimento de médio porte, este que envolvia supermercado entre outras atividades, como academia de  
14 ginástica, cinema e lojas. Falou sobre as medidas mitigatórias e deu outros detalhes. Posicionou-se favorável à  
15 aprovação. Conselheiro **Ibirá** falou sobre dúvidas geradas sobre o sistema de avaliação do tráfego realizado pelo  
16 Município. Opinou que deveriam haver outros estudos viários nas redondezas. Informou que o estudo constante no  
17 processo não estava assinado. Conselheiro **Julio** respondeu os questionamentos levantados, explicando como se  
18 dava a avaliação. Falou que havia a consideração do número de viagens, do horário de maior fluxo e da projeção  
19 de crescimento. Conselheira **Anadir** questionou medidas compensatórias. Relatora esclareceu. Referiu  
20 implantação da quarta faixa de tráfego na Avenida Nilo Peçanha, faixa adicional de tráfego na frente do terreno,  
21 dentre outras. Não havendo outras manifestações, o parecer favorável foi colocado em votação e foi aprovado por  
22 vinte e quatro votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. **Presidente** lembrou que houve falha no  
23 encaminhamento de diligências proposto pelo conselheiro **Eduíno**, face não ter sido feita votação. A solicitação de  
24 diligências foi colocada em votação e a mesma não foi aprovada, por dezesseis votos contrários, três votos  
25 favoráveis e cinco abstenções. Pelo adiantado da hora, os demais processos constantes em pauta foram adiados,  
26 os quais eram: **Processo Quatro Ponto Cinco.** Expediente número 002.258164.00.7, relator: RP 5. Interessado:  
27 Frigoconsult Eng Int.; assunto: EVU de Edificação; local: Rua Capivari, 1040. Adiado. **Processo Quatro Ponto**  
28 **Seis.** Expediente número 002.290447.00.0, relator: RP6. Interessado: Claro; assunto: ERB "Rooftop"; local:  
29 Avenida João Pessoa, 209 e 211. Adiado. **Processo Quatro Ponto Sete.** Expediente número 002.261408.00.1,  
30 relator: RP7. Interessado: Nextel; assunto: ERB "Rooftop"; local: Rua Vinte e Quatro de Outubro, 1611 e 1623.  
31 Adiado. **Processo Quatro Ponto Nove.** Expediente número 002.301694.00.3, relator: RP8. Interessado: Viação  
32 Teresópolis Cavalhada LTDA; assunto: Reconsideração de Diretrizes; local: Avenida Cavalhada, 2655. Adiado.  
33 **Processo Quatro Ponto Dez.** Expediente número 002.325788.00.6, relator: OCDUA. Interessado: Unirriter;  
34 assunto: EVU de Edificação; local: Rua Orfanatório, 555. Adiado. **Processo Quatro Ponto Onze.** Expediente  
35 número 002.222596.00.4, relator: EPTC. Interessado: Condor; assunto: EVU de Loteamento e Edificação; local:  
36 Avenida Bento Gonçalves, 8583. Adiado. **Processo Quatro Ponto Doze.** Expediente número: 002.317851.00.0,  
37 relator: GP. Interessado: Alcea Empreendimentos; assunto: EVU de Edificação; local: Avenida Cristiano Fischer,  
38 1402. Adiado. **Presidente** deu início aos **Assuntos Gerais**. Conselheira **Anadir** falou sobre reunião a qual havia  
39 participado em nome do CMDUA, referente à reativação do Fórum dos Conselhos Municipais. Trouxe relatório para  
40 mostrar aos conselheiros e disse que no próximo dia quinze haveria outra reunião, a qual poderia também  
41 participar. **Presidente** falou da sua dificuldade, como secretário municipal, de comparecer a todos os convites em  
42 nome do CMDUA, e pediu que os vices pudessem comparecer. Conselheiro **Alceu** falou sobre o problema que  
43 representa a falta de paginação dos processos da SMOV e da SPM. Além disso, informou que no dia seguinte iria  
44 tomar posse como novo conselheiro fiscal do SESCOOP. **Presidente** leu a ordem de serviço referente a  
45 obrigatoriedade de que a cada novo documento anexado aos processos fossem numerados, e disse da dificuldade  
46 de esta rotina ser apreendida pelos servidores. Conselheiro **Jorge Lima** justificou a sua falta na última reunião, por  
47 motivo de acidente de trânsito. **Presidente** falou sobre recursos existentes na Secretaria, e disse que aqueles  
48 conselheiros que quisessem fazer demandas para a aquisição de materiais que fossem melhorar a qualidade dos  
49 trabalhos do Conselho, que o fizessem diretamente à Supervisora Eunice. Conselheira **Anadir** opinou importante a  
50 aquisição de gravador, para que as reuniões pudessem ser gravadas e houvesse a qualificação das atas, assim  
51 como a facilitação do trabalho da Secretária Executiva. Às vinte horas e quinze minutos foram encerrados os  
52 trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente  
53 com os Presidentes, assino e lavro a presente ata.

54  
55  
56 Ana Paula Tomasi  
57 **Secretária Executiva**

58  
59  
60

---

Márcio Bins Ely

---

José Euclésio dos Santos  
**Presidentes**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

**ATA N.º 2412**

- 1 **Retificações a esta ata aprovadas na reunião do dia 08/06/2010:**  
2 **Pg. 2, linha 17:** Erro de grafia na palavra “à”, imediatamente anterior ao termo “noite” (já retificado no texto para “a”).  
3 **Pg. 2, linha 26:** Por “de mobilidade urbana” entende-se “federais e estaduais”. Por “aeronave”, entende-se “aeroportos”.  
4 **Pg. 2, linha 29:** Por “Plano Diretor”, entende-se “leis e portarias”.  
5 **Pg.2, linha: 30:** O termo “Plano Diretor” foi suprimido e pela fala do Conselheiro Arno a partir daí entende-se: “ferramentas práticas que  
6 sejam usadas na aprovação de edificações nas zonas próximas ao aeroporto. Falou que o aumento da pista contribui para a segurança.  
7 Opinou que não haja omissão nesse sentido”.  
8 **Pg. 2, linha 33:** Por “voos”, entende-se “aviões”.  
9 **Pg.2, linha 41:** Por “manifestação”, entende-se “Audiência Pública”.  
10 **Pg. 2, linha 50:** Erro de grafia no termo “inicias” (já corrigido no texto para “iniciais”).  
11